

Risco de pobreza baixa para 17,3% nos Açores, mas Região mantém valores acima da média nacional

A pobreza diminuiu de forma significativa nos Açores, mas continua a atingir uma parcela da população claramente superior à média do país. Em 2024, 17,3% dos residentes na Região Autónoma estavam em risco de pobreza após transferências sociais, contra 24,2% no ano anterior, o que representa uma queda de 6,9 pontos percentuais. Ainda assim, o valor permanece acima dos 15,4% registados no conjunto de Portugal, segundo o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, divulgado ontem pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Quando se alarga a análise ao indicador europeu de risco de pobreza ou exclusão social que combina pobreza monetária, privação material e social severa e intensidade laboral per capita muito reduzida, os Açores surgem como a região do país com a situação mais grave: em 2025, com base nos rendimentos de 2024, 21,6% das pessoas estavam neste grupo de maior vulnerabilidade, face a 18,6% no total nacional. Entre 2019 e 2025, a taxa regional desceu de 36,7% para 21,6%, evidenciando um progresso consistente, mas que não elimina a distância face a outras regiões.

A melhoria recente resulta num recuo expressivo dos indicadores de desigualdade: o rácio S80/S20 que compara o rendimento dos 20% mais ricos com o dos 20% mais pobres passou de 5,9 em 2023 para 5,0 em 2024, enquanto o Coeficiente de Gini (indicador de desigualdade na distribuição do rendimento) baixou de 33,8% para 31,5%.

Ainda assim, o INE sublinha que apenas a Grande Lisboa (32,9%) e a Região Autónoma dos Açores (31,5%) apresentam desigualdades superiores à média nacional, fixada em 30,9%.

Apesar do recuo da pobreza monetária, as dificuldades do dia-a-dia continuam muito presentes nos orçamen-

tos familiares açorianos. Em 2025, a taxa de privação material e social atingiu 15,7% na Região, contra 10,2% no país, significando que mais de uma em cada seis pessoas não consegue aceder a, pelo menos, cinco de treze bens e atividades considerados básicos, como pagar uma semana de férias, substituir mobiliário usado, manter a casa adequadamente aquecida, participar regularmente em atividades de lazer ou

se registam avanços, mas sem eliminar por completo as fragilidades. A intensidade laboral per capita muito reduzida, que mede a proporção de pessoas com menos de 65 anos a viver em agregados em que os adultos trabalharam, em média, menos de 20% do tempo possível durante o ano, fixou-se em 5,5% nos Açores em 2024, depois de 6,8% em 2023. O valor continua, porém, acima da média nacional de

Aplicando este referencial, 17,3% dos residentes nos Açores encontram-se abaixo desta linha, mas, se se usar uma linha de pobreza calculada apenas com base na mediana regional (8.311 euros), a taxa de risco de pobreza nos Açores recua para 15,7%, ainda assim próxima da média do país.

O conjunto dos indicadores revela, portanto, uma dupla realidade: por um lado, uma trajetória recente de



gastar semanalmente uma pequena quantia consigo própria. No patamar mais severo de carência, 6,7% da população açoriana vivia em privação material e social severa em 2025, acima dos 4,3% registados no país, embora com uma descida de 1,5 pontos percentuais face ao ano anterior

Também no mercado de trabalho

4,9%, o que indica a persistência de núcleos familiares com ligação muito ténue ao emprego.

No plano nacional, o limiar de pobreza correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente situou-se em 8.679 euros anuais, cerca de 723 euros por mês, em 2024.

melhoria clara com menos pobreza, menor desigualdade de rendimentos e recuo das situações de privação mais severa; por outro, a manutenção de níveis de vulnerabilidade social que continuam a colocar a Região Autónoma dos Açores entre as zonas do país onde é mais difícil escapar à pobreza e à exclusão social.

PSD destaca descida inédita do risco de pobreza nos Açores

O presidente do grupo parlamentar do PSD/Açores, João Bruto da Costa, destacou ontem “a inédita descida em 6,9% da taxa de risco de pobreza na Região”, com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e SREA, “a dizer que já não somos os piores do país”, avançou.

“São números que não víamos há mais de uma década e não se pode negar esta realidade que nos deve alegrar a todos”, afirmou o social-democrata, lembrando que “a maior função que nós [Governo da Coligação PSD/CDS/PPM] tínhamos era quebrar o ciclo de empobrecimento deixado pelo Partido Socialista, de sermos sempre a região mais pobre, com maiores dificuldades e com mais gente a passar de mão estendida à porta do governo. E isso está

a ser conseguido”, atalhou.

“Já não somos os piores do país e, num ano, baixámos a taxa de risco de pobreza nos Açores em quase 7%, além de que a taxa de privação material severa baixou para cerca de metade”, reforçou Bruto da Costa, sublinhando a ação de um Governo “que baixou o imposto sobre os lucros às empresas, e mesmo assim viu aumentada a coleta sobre esses lucros”.

“Porque a economia reagiu, porque a economia está a dar frutos e porque os açorianos estão a beneficiar com mais rendimento, mais emprego e menos desemprego”, afirmou, assinalando igualmente “a descida do abandono escolar precoce da nossa formação, que baixou 7% em cinco anos, em 7%, sendo hoje menos 40% os jovens que não estudam,



não trabalham e não estão em formação”, disse.

Para João Bruto da Costa, “essa é a reforma que estamos a fazer na nossa sociedade, uma reforma de liberdade, das pessoas poderem ter mais rendimento e mais vontade de querer em-

prender nos Açores, fruto do seu trabalho, apoiadas por este Governo em termos do seu futuro e da concretização dos seus sonhos de viver nos Açores e de serem felizes nos Açores”, prosseguiu.

O líder da bancada social-democrata na Assembleia Legislativa Regional referiu ainda os factos de “a nossa economia estar a crescer há 53 meses consecutivos, e o consumo privado a crescer há 54 meses consecutivos, sendo de reconhecer e elogiar o trabalho dos empresários açorianos, que estão a aumentar o rendimento dos açorianos”.

“Nos últimos cinco anos está a ser possível governar os Açores para a criação de riqueza, criação de emprego e para que haja mais e melhor economia na Região, e esses são factos que nos devem alegrar a todos”, concluiu.